

Números Claros

Presidente Sarney enviou ao Congresso o orçamento da União para 1986. O novo documento revela a preocupação do Governo de tornar mais clara a contabilidade da República. Unificou-se, pela primeira vez, o orçamento fiscal e o chamado orçamento monetário (em que estão arroladas despesas para as quais não há previsão de fontes de recursos, como os subsídios ao trigo e ao açúcar).

As coisas realmente ficam mais claras: o Governo passa a trabalhar com a perspectiva de um déficit monumental — para 1986 — de 195 trilhões de cruzeiros, diferença entre o que o Governo quer gastar e o que vai arrecadar. E nessa transparência, vê-se a gravidade do problema que o país tem de enfrentar.

Comentando o orçamento, o Ministro Sayad, do Planejamento, não enxerga soluções que não sejam o aumento de impostos e a queda das taxas de juros. Pode-se, então, concluir que estamos realmente mal parados. O Governo prepara-se para fazer exatamente o que criticava em relação ao passado recente — e a jogar as contas, mais uma vez, sobre o contribuinte e sobre a iniciativa privada.

Prepara-se, mais uma vez, uma grande manipulação em que se depositam todas as esperanças. A “voz de Brasília” chega a sustentar que o país navegará com ventos favoráveis em 1986. Tenta-se, realmente, conciliar o melhor dos diversos mundos: crescimento a uma taxa animadora, queda da inflação, queda das taxas de juros. Só não se consegue é explicar convincentemente como será feita a mágica.

Uma visão menos “criativa” mandaria atacar os problemas pelas raízes, de modo a obter algum dia resultados que não sejam ilusórios. Não há sociedade que se mantenha em equilíbrio com uma taxa inflacionária como a de agora. Para combater o ladrão, entretanto, que rouba o sono e o dinheiro dos brasileiros, o Governo confia em prestidigitacões:

antecipação de impostos, venda de títulos, retardos nos pagamentos. Ao fim de todas essas medidas “cosméticas”, joga-se com um pequeno corte nos gastos públicos.

Mas de onde vem o desequilíbrio, senão desses mesmos gastos públicos? Nos duros anos que acabamos de atravessar, a iniciativa privada fez tudo o que estava a seu alcance para reciclar-se. Mandou gente embora, racionalizou despesas, modernizou métodos, acelerou o seu ritmo. Mal ou bem, sobreviveu. Enquanto isso, o setor público vivia a mesma vida de sempre, que parece passar ao longe de qualquer contágio do “mundo exterior”.

O resultado é o déficit que está à nossa frente. Mas o Governo ainda não acha que tenha penalizado suficientemente a sociedade. Procura meios artificiais para fazer baixar a inflação. Concentra seus esforços em setembro; mas novembro e dezembro são, tradicionalmente, meses de recrudescimento inflacionário. Aumentando o consumo, aumenta a inflação — e já se tratou de conseguir o 13º para o funcionalismo público.

Se o Governo continua não dando exemplo, como pode exigir novos sacrifícios da sociedade? Estrangulando-se ainda mais a iniciativa privada, aumenta-se o peso da ineficiência e da recessão. Se a iniciativa privada pudesse crescer, ocupando espaços liberados pela pata do Estado, obviamente aumentaria a oferta de emprego, pelo aumento da quantidade e da qualidade da atividade econômica.

Mas o Governo não quer ir à raiz dos problemas. Baixar as taxas de juros sem maiores cortes nos gastos do Governo é pura mágica, que não merece a menor confiança. Em vez de combater a inflação, estamos correndo atrás da sombra da inflação, que são os índices inflacionários. Onde chegaremos neste rumo, sob a liderança dos bem-intencionados economistas do Governo?